

Fale para o professor

O PACTO NACIONAL PELOS DIREITOS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: POR UMA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE E UMA DOCÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

Elizabeth Orofino Lucio*

orofinolucio@gmail.com

* Doutoranda em Educação, PPGE/UFRJ. Pesquisadora do grupo de pesquisa LEDUC, da Faculdade de Educação da UFRJ. Supervisora do PNAIC/SUL-SUDOESTE Fluminense.

Introdução: Iniciando o artigo/diálogo

Considero que a melhor forma de iniciar este artigo/encontro¹ é trazendo, já no primeiro ato, os sujeitos que estão, de diferentes formas, imbricados no contexto educacional, e não há ligação mais intensa na educação do que o elo professor e aluno, principalmente a relação professor alfabetizador e o aluno.

Bartolomeu Campos de Queirós, o nosso “Bartô”, deixou registrado para sempre, em seu livro “Ler, escrever e fazer conta de cabeça”, a professora alfabetizadora Dona Maria Cândida, pois “Ninguém tinha maior e melhor sabedoria, mais encanto (...) O giz, em sua mão, mais parecia um pedaço de varinha mágica de fada, explicando os mistérios.”.

Lembrar Maria Cândida é refletir sobre ser professor alfabetizador, é voltar ao passado histórico, em que o magistério era visto como uma missão, em que a escola pública recebia uma pequena parte da população brasileira, contexto distinto da atualidade.

Nessa escrita, apresentarei algumas reflexões sobre as políticas públicas contemporâneas de formação de professores e o ensino da leitura e da escrita,

¹ Como se trata de uma seção intitulada “Fale para o professor”, considero esta escrita como um artigo/encontro, com meus colegas professores alfabetizadores, e também por defender que apenas a partir de um ‘nós’, articulando a tríade relacional *macro*, *meso* e *micro*, respectivamente, universidade, Rede/escola pública básica e docentes/discentes, no coletivo, poderemos construir o caminho de uma educação pública, a partir de seu sentido público (*publicus*, *poblicus*) como o que é de direito de todo o povo.

focalizando o diálogo entre a universidade e a escola pública, compondo minha voz com pesquisadores do campo da formação docente e da alfabetização e com nosso professor poeta Bartolomeu Campos de Queirós.

As questões principais analisadas ao longo deste artigo/diálogo estarão organizadas a partir de três eixos: primeiramente será apresentado o elo política pública, formação continuada de professores alfabetizadores e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), articuladamente; posteriormente contextualizaremos a formação do professor alfabetizador e a complexidade do *ensino-aprendizagem* da leitura e da escrita; e, num terceiro momento, trarei algumas questões que culminarão com a proposição de uma política responsável e uma docência de responsividade no campo da linguagem.

As políticas contemporâneas de formação do docente alfabetizador e o PACTO

“A mesma palavra que me desvela, me esconde.
Toda palavra é um espelho onde o refletido me
interroga.”

Bartolomeu Campo de Queirós

O desafio nacional de formar leitores e escritores permanece na contemporaneidade, mas, em um contexto particular, nos últimos dez anos, universidade e escola pública unem-se para construir processos de formação docente e ensino inicial da leitura e da escrita, como vivenciamos recentemente com a Constituição da Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (RNFC/2003) e do Programa de Formação Continuada Pró-letramento (2005).

Esse contexto permite-me dizer que, embora houvesse algumas políticas de formação para o professor alfabetizador, como o Programa de Professores Alfabetizadores (PROFA), Parâmetros Curriculares em Ação-Alfabetização (PCN em Ação Alfabetização), a partir desse período, a formação do professor alfabetizador vem efetivando-se continuamente e consolidando a necessidade da criação de uma política pública de formação do docente alfabetizador, que considere a complexidade do processo de alfabetização e os fatores intraescolares e extraescolares que influenciam o processo e as condições

relativas à estrutura material das escolas, ao salário e à formação inicial e continuada, além da carreira específica desse profissional.

Esse mesmo período “inaugura” a relação entre a pesquisa universitária e o trabalho docente, reconhecendo a formação como uma ação relacional entre sujeitos cujas práticas são portadoras de *saberes* (TARDIF, 2007). Professores formadores do ensino superior e professores do ensino básico, destacando-se o professor alfabetizador, possuem *saberes* desenvolvidos em sua prática cotidiana.

Partindo da assertiva de que o professor alfabetizador é um docente profissional e que em seu cotidiano constrói *saberes plurais*, oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais (*op cit*, 2007), interrogamo-nos sobre o lugar do professor alfabetizador na formação e que sentido(s) possui(em) essa(s) formação(ões), em que o PNAIC se insere.

Os programas contemporâneos de formação seguem as características de um modelo “em cascata”, no qual um primeiro grupo de profissionais é “capacitado” e transforma-se em “capacitador” de um novo grupo que, por sua vez, capacita um grupo seguinte.” (GATTI & BARRETO, 2009). Assim novos atores, denominados tutores/orientadores de aprendizagem, mas que são, na verdade, os formadores intermediários (LUCIO, 2010) que possuem seus lócus de trabalho nas instâncias estaduais e municipais de educação, passam a fazer parte do cenário da formação continuada.

Em julho de 2012, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Segundo a Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012 do MEC, o PNAIC tem, como principal finalidade, alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental (EF) (Brasil, 2012). A ação responsável relativa à urgência de políticas dirigidas à alfabetização infantil, diante da realidade nacional, faz-nos depreender o PNAIC como uma política responsável, que proporia uma compreensão responsiva que conecta fala e escuta, ou seja, que pressupõe o diálogo (PONZIO, 2010). E, para compreender a responsabilidade dessa política responsável, novamente interrogo: quando haverá *dialogia* entre os verdadeiros atores e autores da escola e do processo de alfabetização, ou seja, professores alfabetizadores e crianças?

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa nos desvela, por meio de um de seus eixos estruturantes (materiais didáticos e pedagógicos) - composto por conjuntos de materiais específicos para alfabetização -, a apresentação de uma ampla e diversa reflexão teórica sobre a alfabetização e os caminhos para utilização em sala de aula dos jogos pedagógicos, acervos do Programa Biblioteca em sua Casa (PNBE) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), assim como, uma reflexão sobre o trabalho com o sistema de escrita, que é o alicerce do programa em nossa perspectiva. Também traz fundamentações e reflexões sobre os conceitos de alfabetização e letramento, currículo, rotina, planejamento, ludicidade, literatura, biblioteca escolar e o ensino da língua portuguesa na alfabetização.

O Pacto também “espelha” que a criação RNFC deu continuidade ao grande desafio de dar conta do analfabetismo, em larga escala, e, respectivamente, estende as questões históricas da formação docente no país para o cerne da questão que é uma política educacional de formação construída *no* e a partir de um “nós”, articulando a tríade relacional *macro, meso e micro* (NÓVOA, 1992) respectivamente, instâncias governamentais, universidade, Rede/escola pública básica e docentes/ discentes, coletivamente. Uma formação em Rede que impacte todas as redes estaduais e municipais de educação, pois entrelaça fios de uma política responsável e as vozes e os *saberes* docentes de professores alfabetizadores e formadores.

A formação do professor alfabetizador e a complexidade do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita

“Alfabetizar-se, saber ler e escrever tornaram-se hoje condições imprescindíveis à profissionalização e ao emprego. A escola é um espaço necessário para instrumentalizar o sujeito e facilitar seu ingresso no trabalho. Mas pelo avanço das ciências humanas compreende-se como inerente aos homens e mulheres a necessidade de manifestar e dar corpo às suas capacidades inventivas.

Por outro lado, existe um uso não tão pragmático da escrita e leitura. Em muitos momentos, ler pode ser o único sonho viável e escrever um trabalho que exige esforço, mas, no ato de escrever, não nos perguntamos

se é verdade ou se é engano, registramos aquilo que existe de melhor em nós.”

Bartolomeu Campos de Queirós

Como se pode constatar, o PNAIC retoma uma discussão que necessita ser resolvida no Brasil: a da formação de professores e da alfabetização que queremos para as nossas crianças.

O PNAIC, por meio da Lei 12.208 de 25 de abril de 2013, no Artigo 3, inciso IV, introduz “no currículo das instituições de ensino superior, disciplinas específicas de alfabetização”, o que demonstra a necessidade de que o professor de leitura e escrita conheça o objeto da aprendizagem, que é a língua escrita, com todos os elementos que compõem a sua estrutura, para que haja êxito na realização da sua mediação no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

A especificidade de disciplinas de alfabetização, na formação inicial docente, faz-me vislumbrar, em um futuro próximo, uma formação específica para o docente alfabetizador, em uma perspectiva de formação que envolva docentes em formação inicial e continuada, realizando um amálgama entre tantos programas que visam à formação docente, como o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e as formações da RNFC, com seus diversos programas Pró-letramento, PNAIC etc.

Sendo assim, teremos um aprofundamento no campo da alfabetização e trataremos dos reais desafios da compreensão do processo de alfabetização que são: a relação cultural, histórica e sociocognitiva com um sistema de escrita alfabética, que envolve complexas relações (não) sistematizadas com o sistema de escrita, que tem a mediação de instrumentos e sujeitos. Esse sistema envolve um processo discursivo de significação, uma vez que se realiza por meio de enunciados, produzidos por diferentes sujeitos históricos, e envolve um processo individual e coletivo (social) de diversas facetas e detalhes sobre o uso do sistema alfabético de base ortográfica.

Aprofundando nossa compreensão sobre o processo de alfabetização, entenderemos que a linguagem é um modo de constituição das subjetividades e

uma forma de expressão e representação do mundo, e estaremos cientes de que “interditar formas linguísticas é interditar sujeitos” (GERALDI, 2010). Formar alunos leitores e escritores é compreender que a linguagem dos alunos é o único meio pelo qual podem desenvolver sua própria voz e construir suas *palavras-próprias*, o que implica conhecer a cultura das classes populares brasileiras.

O grande desafio do tempo presente é conhecer os usos da leitura e da escrita das camadas que estão nas escolas públicas brasileiras para além dos muros da escola e das avaliações e, assim, efetivar o ensino da leitura e da escrita, garantindo um direito que historicamente foi negado: a alfabetização no sentido freireano, que virá acompanhada da democratização de práticas de uso da escrita pelas classes populares.

Por uma política responsável e uma docência responsiva

“A palavra sempre realiza o que ela anuncia.”

Bartolomeu Campos de Queirós

A palavra marcante no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é a palavra DIREITO, pautando-me de uma perspectiva da *compreensão responsiva ativa*, para a ato responsivo responsável do sujeito do não-álibi, no dizer bakhtiniano. Engessa-me pensar apenas em direitos de aprendizagem.

“Bartô” nos diz que, na nossa história, na nossa cultura, é a palavra que realiza o que ela anuncia.

Que as palavras presente no PNAIC, que focalizam a temática da alfabetização, realmente anunciem e concretizem, por meio de uma política educacional responsável, “O Estatuto da Alfabetização Brasileira”. Dessa forma, que fiquem decretados direitos que ainda precisam ser escritos, de olharmos a criança como sujeito ativo, produzida pela ação singular, que “[...] se dá sempre na ação, no ato, ou seja, como o que me é dado para realizar [...]” (Bakhtin, 2010) e o direito à “ensinagem”, pois uma escola pública de qualidade, com leitores e escritores com palavras próprias, precisa assegurar o direito à formação e à valorização da docência profissional do professor alfabetizador.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6.^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Para uma filosofia do Ato Responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BRASIL. Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 jul. 2012.

_____. Diário Oficial da União ano CL nº 79, Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nos 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.

GATTI, Bernadete Angelina & BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009

GERALDI, J. W. *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. SP: Pedro & João editores, 2010.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do Ato Responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

LUCIO, E. O. *Tecendo os fios da Rede: o programa Pró-letramento e a tutoria na formação continuada de professores da educação básica*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado Educação) – FE/UFRJ.

NÓVOA, Antonio (coord). *As organizações escolares em análise*. Lisboa. Publicações D. Quixote, 1992.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 8^a ed. Petrópolis, 2007.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Ler, escrever e fazer conta de cabeça*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Vermelho Amargo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. *Manifesto por um Brasil Literário*. Disponível em: <http://www2.brasilliterario.org.br/pt/manifesto/o-manifesto>. Acessado em: 10 de janeiro de 2012.